

**ATA DA 31ª PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP**

<b>Data:</b> 4 de dezembro de 2012, terça-feira.		<b>Duração:</b> das 19:22 às 22:06.	
<b>Pauta</b>	1 – 50 anos de Psicologia. 2 – Pesquisa: efeitos do feminino no Brasil. 3 – GT Mobilidade urbana e trânsito na perspectiva social. 4 – Desmembramento do PI e MA. 5 – Laicidade e Psicologia. 6 – Crepop. 7 – Estudo sobre Conciliação e Ética	<b>Participantes</b>	<b>DIRETORIA:</b> 1. Humberto Verona – Presidente 2. Clara Goldman – Vice-Presidente 3. Deise Nascimento – Secretária 4. Monalisa Barros – Tesoureira. 5. Aluizio Brito
	<b>CONSELHEIROS (AS):</b> 6. Ana Paula Noronha 7. Angela Caniato 8. Celso Tondin 9. Heloiza Massanaro 10. Henrique José Leal 11. Maria Ermínia Ciliberti 12. Marcia Mansur. 13. Roseli Goffman 14. Sandra Amorim		
			<b>Funcionários:</b> 1. Yvone Duarte 2. Fabíola Corrêa 3. Rafael Menegassi Taniguchi

**1. 50 ANOS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA** - Neste ponto, discutiu-se a importância de propor à APAF que se faça uma avaliação dos 50 anos de Psicologia no país e das atividades já empreendidas, como as duas Mostras e o prêmio César Ades. Poder-se-ia, assim, fazer um resgate histórico que sirva às futuras gerações. As 22 entidades que compõe o FENPB concordaram em escrever, ao menos, um capítulo abordando o próprio histórico.

*Handwritten signatures and initials:*  
 WJP, EPK, su, and others.

Outra proposta da curadoria, disse Humberto Verona, é que se editem 14 publicações e que desenvolvam cada processo realizado na II Mostra. Seria interessante não falar apenas por área de atuação, mas, também, dos processos.

A conselheira Marilda disse ser prudente não fazer empreendimentos dessa natureza na euforia do momento e que é importante ter uma visão crítica a respeito dos eventos recentes. Além de pedir maiores esclarecimentos sobre o custo, sugeriu, como o conselheiro Henrique, que se disponibilize esse material em E-book, a fim de democratizar seu acesso.

A terceira proposta diz respeito às 128 horas filmadas durante a Mostra. Uma parte, disse o presidente do CFP, já virou programete. A Plenária assistiu a dois, mas receberam três, feitos por Rubens Lazarini "o Cachoeira".

Segundo a conselheira Monalisa, os livros sobre os processos custariam aproximadamente 30.000 reais; o material de 50 anos, 28.000 reais; os vídeos, incluindo os programetes da sala Vladimir Herzog, somariam a quantia de 110.000 reais. Os custos, assim, totalizariam um montante de aproximadamente 170 mil reais. Um GT da APAF indicará quem levará o projeto adiante. Monalisa disse, também, ao responder à reserva da conselheira Ermínia sobre algumas desvantagens da Casa do Psicólogo, que a edição não precisa ser com essa empresa. É preciso, igualmente, proteger esse material em *backup*.

Aprovou-se, por fim, a ideia do acervo. Os conselheiros levarão, ainda, as seguintes propostas à APAF:

1. Vídeo editado das 128 horas de material de filmagem, para que sirva de legado às gerações futuras.
2. Publicação marcando os 50 anos da psicologia: realizar um resgate da história, das conquistas, empenhos sociais, transformações na sociedade.
3. Mostra transformada em 14 processos, que servirão como material de consulta. Espera-se que a publicação esteja pronta até dezembro de 2013 (o GT da APAF será responsável pela tarefa e é ele que deverá fazer a proposta de cronograma. O relatório da mostra deve ser entregue na APAF).

**2. PESQUISA: EFEITOS DO FEMININO NO EXERCÍCIO DA PSICOLOGIA NO BRASIL** - Optou-se por discutir os posicionamentos deste tema na próxima plenária. Os conselheiros decidiram distribuir a apresentação feita por Louise na Plenária. Conselheira Clara o exporá na APAF. Há um relatório de quase 70 páginas dos pesquisadores que ainda não foi discutido; essa discussão está prevista para ocorrer no dia 19 de dezembro de 2012. A primeira parte do documento, entregue pelos pesquisadores, ainda não é o texto final, pois sofreu críticas do colaborador Marcos Ferreira. Haverá discussão sobre ele e,

depois, poderá ser encaminhado ao Plenário. Por enquanto, não se pode levar esse material à APAF, pois ainda não está pronto.

A conselheira Roseli, entretanto, disse que esse é um projeto dispendioso e é necessário esclarecer a importância de pesquisas caras como essa na APAF. Até o momento, o que se tem é a pesquisa quantitativa. A parte qualitativa da pesquisa será feita a partir de agora. Um problema enfrentado durante a execução da pesquisa foi a desatualização do cadastro dos psicólogos. Constatou-se que a base de dados dos regionais está desatualizada e que, com a aproximação das eleições, é necessário recadastrar os profissionais. No CRP 13, da Paraíba, por exemplo, efetuaram ligações para 200 profissionais, mas conseguiram falar com apenas 20 psicólogos.

A coordenadora-geral, Yvone Duarte, disse que o CFP recebe o espelhamento dos dados dos CRPs e, por isso, também fica desatualizado. Reafirmou a importância de efetivar o recadastramento. A conselheira Roseli lembrou que, em breve, haverá uma eleição online e é imperativa a necessidade de um cadastro atualizado.

Por fim, a conselheira Deise disse que o recadastramento já está sendo feito, mas com dificuldades, em São Paulo. Os CREPOPs mantêm dados mais atualizados dos profissionais. Aluísio lembrou que, de acordo com o regimento eleitoral, os CRPs devem atualizar seus cadastros no começo do próximo ano.

### 3. GT MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO NA PERSPECTIVA SOCIAL -

Roseli sugeriu a leitura da linha do tempo. O material desse tema está pronto para a APAF e, possivelmente, depois de discutido e aprovado pelos delegados da APAF, será publicado e enviado às autoridades de trânsito. Foi proposta a realização de seminários em todo o Brasil, e esse trabalho foi feito por um GT e colaboradores *ad hoc*, culminando com um seminário online.

Concluiu-se que o título de especialista é indispensável, mas, que dos 1200 profissionais que têm o título, apenas 70% conhecem o Código de Trânsito Brasileiro. Assim, embora o título seja importante, decidiu-se que, por haver poucos cursos e pelo desconhecimento do código de trânsito de mais da metade dos profissionais, seria melhor dilatar os prazos.

A questão dos psicólogos peritos em trânsito, para Roseli Goffman, não parece ser um problema nacional. Os questionamentos desse tema acontecem, sobretudo no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, porque há pressão das clínicas. É preciso oferecer melhores condições para que os profissionais se especializem. A pesquisa, a ser divulgada pelo CREPOP em 2013, confirma a séria suspeita do desconhecimento do CTB pelos psicólogos.

Os conselheiros Aluísio e Clara propuseram o levantamento da quantidade de cursos de trânsito para psicólogos reconhecidos pelo CFP, além



de uma série histórica de quantas provas foram feitas e de quantos cursos foram aprovados em seis anos de gestão. Um mapa dos investimentos deveria ser feito, a fim de alcançar um número maior de especialistas. Roseli Goffmañ apontou o baixo índice de aprovação no último concurso – 30% –, o que mostra que os profissionais estão despreparados.

O presidente Humberto disse ser necessário abordar, na próxima Plenária, a avaliação desses cursos, pois um aspecto é o conteúdo programático; outro, o modo como esse conteúdo é dado. Roseli sugeriu promover a avaliação dos cursos e os alunos, como o exemplo do ENEM.

**4. DESMEMBRAMENTO DAS SEÇÕES PI E MA** - O conselheiro Aluizio disse que, do ponto de vista político, o Maranhão está bem preparado para o desmembramento. Há, nesse ente da federação, um grupo gestor bem articulado, e outro, especialmente designado para cuidar do desmembramento. Humberto Verona já se reuniu com esses dois grupos. Estão convencidos, também, de que a independência financeira se dará até maio, quando atingirão o número de mil adimplentes. Há um cenário muito favorável para que eles trabalhem, nesse período, o exercício de sua autonomia.

No Piauí, por outro lado, apesar de haver um número maior de psicólogos inscritos que no Maranhão, não existe o mesmo esforço político. O que se tem, entretanto, é a resoluta decisão de não se desmembrar juntamente com seu vizinho. Há um grupo gestor, mas não há um grupo mobilizado. A situação do PI, entretanto, é melhor do ponto de vista do número de inscritos. Virão, para a APAF, representantes desses estados para apresentar o projeto.

Humberto Verona complementou que a diretoria analisara o projeto de desmembramento e que o Maranhão estaria em déficit, mas a conselheira Monalisa teria visto que um erro de cálculo tinha acontecido – um fundo de seção não foi lançado. Com esse fundo de seção, haveria um saldo positivo de 60.000 reais, com todas as despesas pagas. Assim, embora se tenha decidido esperar até maio, o parecer tende a ser favorável.

**5. LAICIDADE E PSICOLOGIA** - O presidente Humberto disse que o Conselho Federal de Psicologia é acusado, por algumas entidades religiosas, de ser uma entidade má. Assim, para lidar com o problema, será realizado um mapeamento das áreas temáticas que têm influência religiosa, como o cuidado com usuários de droga, diversidade sexual, criança e adolescente. Após esse mapeamento, é necessário fazer uma campanha de esclarecimento junto ao poder público e, também, um debate com a categoria. Nesse sentido, o CFP já conta com duas iniciativas: a nota pública e o debate online no início de 2013.

A conselheira Clara Goldman lembrou que não se podem tolher as liberdades religiosas e que é necessário levar o assunto, como tese, ao CNP. Além disso, outros temas, como a redução da maioria penal, devem ser bem discutidos. Humberto disse que o CFP foi questionado, pois, em relação aos psicólogos espíritas, supostamente, não teria sido feita a mesma proibição feita aos psicólogos cristãos. Assim, é preciso fazer um bom debate sobre isso para evitar futuras confusões dessa natureza. Que todos os temas que forem de interesse nacional possam pactuar encaminhamentos. Temos que trazer um ponto de salvaguarda das diretrizes das conquistas sociais já alcançadas.

A conselheira Sandra afirmou ser necessário manter um posicionamento claro entre ciência e profissão. Quanto ao site dos psicólogos espíritas, não se encontram contradições com a prática da psicologia. A conselheira Ângela sugeriu que se pautasse o assunto para plenária. É preciso fazer um levantamento da legislação e da área das ciências humanas. Seria salutar convidar as pessoas a fim de ajudar a categoria a lidar com isso.

**6. CREPOP** - Em relação ao CREPOP, os conselheiros decidiram propor à APAF:

- 1) Não iniciar um novo processo de investigação em 2013, pois é preciso terminar o que já foi iniciado. Assim, não se abrirão novas áreas de divulgação.
- 2) Divulgar as referências de sistema prisional e medida sócio educativa em meio aberto.
- 3) Lançamento, no próximo ano, das referências que estão em fase de finalização entre fevereiro e julho: CREAS, mulher, violência, educação básica, CAPS e questões da terra.
- 4) Publicação dos marcos lógicos e legais das pesquisas entre fevereiro e julho: CRAS, hospital, diversidade sexual e esporte.

A conselheira Márcia Mansur esclareceu que o ideal é ter uma publicação mais próxima da realização da pesquisa. Justificou a não abertura de novo ciclo de investigações, porque há muitos materiais acumulados ainda em fase de consulta. Além disso, como lembrou a conselheira Clara, o ano de 2013 será eleitoral, reforçando a ideia de não se abrir um novo ciclo. Aglutinaram-se as temáticas por tempo: em maio, por exemplo, será saúde mental; em março, mês da mulher, serão divulgados pesquisas afeitas a esse tema. Assim, todo mês haverá consulta pública e lançamento de nova publicação. Roseli ressaltou que essa lógica de meses não está escrito no material da APAF.

Acordou-se em não empregar a terminologia "rede CREPOP", pois este integra o Sistema Conselhos. Cada CRP deve discutir a possibilidade de custear seus próprios técnicos do CREPOP. Humberto Verona disse ser importante monitorar permanentemente o CREPOP, pois a articulação entre técnicos e conselheiros cria uma errônea ideia de que constituem uma rede

R  
18  
10  
5  
5  
5  
5

própria, exógena ao Sistema Conselhos. A ideia, finalizou, é que os próprios tesoureiros discutam sobre isso.

**7. ESTUDO SOBRE CONCILIAÇÃO E ÉTICA** - Leu-se o parecer da Assessoria Jurídica. A conselheira Clara questionou quem definiria o que é ou não grave. Aluizio sugeriu que, por ser uma questão muito nova, seria melhor formar um GT que apresentasse dados mais concretos para a APAF de maio. O Código Penal, de qualquer modo, não prevê a conciliação, mas é possível antes da instauração do processo. É necessário, entretanto, especificar claramente em que casos caberia a conciliação.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião as 22h06. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Humberto Cota Verona e Deise Maria do Nascimento  
Humberto Cota Verona  
Clara Goldman Ribemboim  
Monalisa Barros  
Aluizio Brito  
Ana Paula Porto Noronha  
Angela Maria Pires Caniato  
Celso Francisco Tondin  
Heloiza Massanaro  
Henrique José Leal  
Roseli Goffman  
Sandra Maria Francisco de Amorim

ATA DA REUNIÃO TELEFÔNICA DA DIRETORIA DO CFP			
Data: 18 de dezembro de 2012, terça-feira.		Duração: das 10:38 até 11:04	
Pauta	1 – Validade da Resolução CFP 014/2012.		Participantes
	2 – Revogação da Resolução 012/2012.		
		<b>DIRETORIA:</b> 1. Humberto Verona – Presidente 2. Clara Goldman – Vice-Presidente 3. Deise Nascimento – Secretária 4. Monalisa Barros – Tesoureira. 5. Alúzio Brito	

### 1 – Validade da Resolução do CFP 014/2012.

Neste ponto, os membros da diretoria acordaram que, além de dar maior visibilidade à celebração dos 50 anos da Psicologia, poderia ser conveniente prorrogar o prazo da Resolução 014/2012. Essa resolução, disse Humberto Verona, visa a facilitar à regularização dos profissionais em situação de inadimplência. De modo que foi deveras salutar autorizar os Conselhos Regionais a conceder redução de até 100% das multas e juros de mora das anuidades de exercícios anteriores a 2012, seria, igualmente, apropriado se houvesse possibilidade de estender esse benefício.

Alúzio Brito lembrou que essa resolução possibilita aos Conselhos Regionais conceder redução do valor das anuidades inadimplidas de exercícios anteriores a 2012,

Monalisa Barros sugeriu que, devido às vantagens trazidas pela dita resolução, seria adequado prorrogar a data até o dia vinte e seis de agosto do ano próximo (26/08/2013). Deste modo, por unanimidade, a diretoria do Conselho Federal de Psicologia optou pela referida prorrogação.

### 2 – Revogação da Resolução 012/2012.

Em seguida, passou-se a discutir a questão das diárias, ajuda de custo e seus respectivos valores. Os conselheiros lembraram que a concessão de diárias é autorizada pelo presidente do Conselho Federal ou pelo respectivo



Conselho Regional. Aluízio, ao ler o texto da resolução, disse que, para estabelecer um único padrão para o Sistema Conselhos, o teto para os valores das indenizações deve ser o do Conselho Federal.

Evidentemente, disse Clara Goldman, os conselhos regionais podem regular a concessão de ajuda de custo levando em consideração suas especificidades e questões locais. A fim de atualizar os valores, Monalisa Barros calculou o valor dos jetons em cento e setenta reais (R\$170,00) e lembrou que, na reunião da última APAF, realizada nos dias 15 e 16 de dezembro de 2012, decidiu-se acrescentar à Resolução 003/2007 a figura do colaborador e elencá-lo entre os beneficiários das indenizações.

Assim, por unanimidade os membros diretores do Conselho Federal optaram por revogar a Resolução 012/2012 e proceder às devidas alterações da Resolução 003/2007, a fim de manter valores mais atualizados e evitar eventuais abusos.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 11h04. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

1. Humberto Cota Verona

2. Clara Goldman Ribemboim

3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros

4. Deise Maria do Nascimento

5. Aluízio Lopes de Brito